

ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O USO DA LITERATURA DE CORDEL COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

José Ferreira Júnior¹

Resumo

Este texto discute o uso da literatura de cordel no ensino de história. Mostra a diferença de conteúdo que o conceito de literatura de cordel porta em si, quando se leva em consideração Portugal, de onde provém, e o Brasil, onde foi divulgado. Problematisa acerca de ser ou não o cordel uma narrativa histórica, bem como o fato de o poeta cordelista exercer a função de historiador. Conclui mostrando a possibilidade e a utilidade do uso do cordel como ferramenta didática, expondo as benesses desse uso.

Palavras-chave: Ensino de História. Literatura de Cordel. Ferramenta Didática.

Recebido em 30 de janeiro de 2020 e aprovado para publicação em 26 de janeiro de 2021

¹ Pós-Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Mestrando em Ensino de História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Universidade Regional do Cariri - URCA; Especialista em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Licenciado em História pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST). Pesquisa as relações existentes entre a memória lampiônica e a construção de identidade na região do Médio Pajeú, em Pernambuco. Atua como Autarquia Educacional de Serra Talhada (AESET) - Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST). Correio eletrônico: professorferreirajunior@hotmail.com.

Introdução

Recai sobre o Ensino de História, para grande número de alunos da Educação Básica, a pecha de que se constitui algo muitíssimo abstrato e, por conseguinte, desprovido de sentido, tornando a disciplina, na concepção desses alunos, divorciada de valor. Ou seja, genericamente, o Ensino de História aparece como narrativa de fatos com os quais os alunos mantêm ausência de familiaridade.

Diante dessa realidade, entende-se ser necessário que exista, por parte dos professores de História, a preocupação em buscar alternativas que possam vir a desconstruir essa imagem negativa que se tem sobre essa disciplina, enquanto conteúdo presente na grade curricular da Educação Básica. Dentre as possibilidades de estratégias didáticas para o Ensino de História no estágio de ensino em discussão, existe o uso do cordel.

Este texto procura discutir o uso do cordel em aulas de História, enquanto ferramenta didática. Mostra as benesses possíveis a serem desfrutadas na relação ensino-aprendizagem, sendo uma delas a possibilidade da aprendizagem de história mediante a construção, por parte do próprio aluno, de poesia cordelística sobre temáticas históricas que constam na grade curricular. Outra, a possibilidade de identificação do aluno com algo do seu mundo, do seu lugar, que podem estar presentes na literatura de cordel.

De Portugal ao Brasil: considerações históricas acerca da literatura de Cordel

O nome cordel tem origem na forma como tradicionalmente os folhetos eram expostos para venda, pendurados em cordas ou barbantes, em Portugal. Esse nome se manteve no Brasil, embora o folheto brasileiro pode ou não estar exposto em barbantes. De modo geral, os folhetos são ilustrados com xilogravuras nas capas. Sua composição física é tríplice: capa, miolo e contracapa. Seu tamanho equivale a uma folha A4 dobrada duas vezes ao meio. Comercializado a baixo preço, o folheto de cordel tem seu miolo confeccionado em papel jornal, por ser mais barato, e capa e contracapa feitas de um papel de melhor qualidade.

Equívoca é a afirmação de que a literatura de cordel, historicamente falando, está localizada no domínio da cultura popular. Talvez se constitua acerto tal afirmação se levado for em consideração o Brasil, uma vez que aqui os folhetos foram introduzidos pelo cantador Silvino Pirauá de Lima e depois pela dupla Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista². Acerca disso, veja-se o dito abaixo:

No início da publicação da literatura de cordel no País, muitos autores de folhetos eram também cantadores, que improvisavam versos, viajando pelas fazendas,

² CASCUDO, Luis da C. **Vaqueiros e cantadores**. Porto Alegre: Globo, 1939.

vilarejos e cidades pequenas do sertão. Com a criação de imprensas particulares em casas e barracas de poetas, mudou o sistema de divulgação. O autor do folheto podia ficar num mesmo lugar a maior parte do tempo, porque suas obras eram vendidas por folheteiros ou revendedores empregados por ele.³

Diante do exposto no excerto acima, entende-se a razão de a literatura de cordel, no Brasil, ser vista como pertencente ao campo da chamada cultura popular, visto que foi fruto de rica tradição oral, proveniente de cantadores, bem significativa no Nordeste, nos séculos XIX e XX.

Todavia, em Portugal, de onde provém o cordel, entre os séculos XVI e XVIII, esta literatura esteve atrelada à chamada cultura erudita, uma vez que:

Nos estudos e nos prefácios dos catálogos disponibilizados pela bibliografia especializada de literatura de cordel portuguesa, é frequentemente apontado o estreito vínculo que a grande parte da produção de literatura de cordel portuguesas estabelece com o teatro.⁴

Percebe-se, dessa maneira, que nos espaços citados, um mesmo conceito se aplica a situações diferentes. Deduz-se disso que é equívoco se pensar na manutenção inalterada de um conceito e seu respectivo conteúdo, quando se leva em conta a questão temporal.

Verificando que o termo cordel é possuidor de conotações diferenciadas, quando se leva em conta a espacialidade lusa e brasileira, parece existir um impasse teórico, visto que, “todo conceito só pode, enquanto tal, ser pensado e falado/expressado uma única vez”⁵

Todavia, esse suposto impasse deixa de existir, quando se considera o contexto onde surgiu o conceito. Em outras palavras, necessário se faz que sejam verificadas as condições sociais, políticas, culturais e econômicas que perpassam a temporalidade onde se deu a sua construção.

Assim, mesmo que a nomenclatura permaneça, ou seja, tanto no Brasil quanto em Portugal exista o uso do termo cordel, o que é descrito por ele (cordel) pode experimentar mudança de significado, uma vez que “a palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente”⁶.

Pode-se, diante do exposto acima, afirmar que, na sociedade portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, a literatura de cordel prestou-se a atender aos interesses da elite, ou seja, da chamada cultura erudita visto que “parece consenso admitir que os folhetos

³ GASPAR, Lúcia. **Literatura de cordel**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 2009, p. 2. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em 01 de janeiro de 2020.

⁴ PINTO, Maria Isaura. **O cordel do Brasil e o cordel de Portugal**: possíveis diálogos. Soletas: São Gonçalo – RJ, UERJ, 2009, p. 121.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos**: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, 1992, p. 138.

⁶ Idem.

portugueses foram responsáveis por uma ampla circulação de gêneros e tradições, sendo que, no conjunto, sobressaem os gêneros teatrais”⁷.

No Brasil, por sua vez, pode-se afirmar que o folheto de cordel surge em um espaço rural, onde a maioria da população não era alfabetizada, perfazendo a chamada cultura popular, e tinha como objetivo a divulgação da poesia popular, contando em versos histórias diversificadas, sendo em maior número as relacionadas à vingança, à honra e à valentia, ou seja, “o cordel é veículo através do qual os sem-voz se expressavam”⁸, e que, “por meios de suas alegorias, de sua forma peculiar de criar imagens, oferece um contraponto às visões traçadas do alto”⁹.

Assim, pode-se afirmar que o modo de produção e circulação da literatura de cordel brasileira “não está organizado a partir de cima, como acontece com a da França e de Portugal, e, portanto, deixa muito mais margem à criatividade popular, ganhando em função disso uma feição estético-política acentuada”¹⁰.

Qualquer que seja a cultura de onde provenha (erudita ou popular)¹¹ e independente do conteúdo que porte em si, o cordel se revela conceito e isto é importante não esquecer, visto que “a atividade de fabricação do mundo pelos homens tem como uma de suas principais tecnologias a utilização de conceitos. O mundo humano é inventado, fabricado mediante o uso de conceitos”¹². Assim, no Brasil, “a literatura de cordel se propõe a contar a história de baixo para cima”¹³.

● Cordel se constitui narrativa histórica?

Quando se fala no entrecruzamento de literatura de cordel e história, uma pergunta vem à baila: é possível ao poeta exercer o ofício de historiador? Pensa-se que à pergunta feita cabe uma resposta positiva se levado for em conta o conteúdo da narrativa e não a sua forma ou estrutura. Assim, dependendo do que produz o poeta (cordelista) em sua narrativa, tem-se ou não uma narrativa histórica.

⁷ PINTO, op. cit., p. 121.

⁸ FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada x Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014, p. 21.

⁹ NEMER, Sylvia. **Glauber Rocha e a Literatura de Cordel: uma relação intertextual**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007, p. 22.

¹⁰ PINTO, op. cit., p. 124.

¹¹ Não é nosso interesse teorizar sobre cultura erudita e cultura popular. No texto, são citadas para deixar clara a distinção entre elite (classe dominante) e povo (classe dominada), somente para estabelecer distinção existente no campo. Sobre discussão envolvendo campo, vide BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ridel, 2010.

¹² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **"O morto vestido para um ato inaugural": procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. São Paulo: Intermeios, 2013.

¹³ FERREIRA JÚNIOR, op. cit., p. 21.

Tome-se como exemplo a figura de Heródoto, que primeiro atinou para o registro das ações realizadas pelos homens, entendendo que assim fazendo os salvaguardava do esquecimento¹⁴. É sabido que Heródoto dava espaço à poética em suas narrativas e, ainda assim, não deixou de produzir narrativa histórica, conforme afirma Aristóteles: “se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela”¹⁵.

Mas, pode vir a surgir, por parte dos mais ortodoxos, contestação ao fato de o poeta produzir conhecimento histórico, visto não realizar seu trabalho como sendo uma Operação Historiográfica, nos termos que expõe Michel De Certeau, que confere ao historiador um lugar de onde fala e o domínio em que realiza uma investigação¹⁶. Não dispõe o poeta, é certo, de conhecimento metódico e teórico, bem como de chancela institucional como, quase sempre, desfruta o historiador.

Ainda podem ser construídas críticas em decorrência de, em grande parte, o registro cordelístico mostrar-se ligado ao presente, ou seja, com o poeta testemunhando e ou participando do evento que registra.

Todavia, há na História ocorrências de registros, tidos como produção historiográfica, resultantes das penas de historiadores que viveram na época dos fatos que registraram, como, por exemplo, Tucídides, que registrou os fatos da Guerra do Peloponeso, inclusive envolvendo-se no conflito,¹⁷ Tito Lívio, que registrou a história política do Império Romano, vivendo nos dias registrados por ele¹⁸ e Políbio, historiador grego, do século II, que “sendo durante dezesseis anos refém de Roma, procura saber como, em aproximadamente cinquenta anos, os romanos se tornam donos do mundo habitado”¹⁹.

Assemelhado aos exemplos citados (narrativas históricas construídas no momento que ocorrem os fatos), o cordelista contribui, narrando em versos fatos históricos que repercutiram significativamente na sociedade dos seus dias e, por conseguinte são hoje lembrados. Assim, “o cordel é história popular porque relata os eventos que fizeram a história a partir de uma perspectiva popular e constitui-se, pois, em um rico material de estudo histórico-social e literário”²⁰.

¹⁴ BORGES, Vavy P. **Que é História**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

¹⁵ ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo. Martin Claret, 2003, p. 29.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 65.

¹⁷ TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

¹⁸ BRANDÃO, José L (coord.); OLIVEIRA, Francisco de (coord.). **História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

¹⁹ BORGES, op. cit., p. 21.

²⁰ GRILLO, Maria Ângela de F. “História local e linguagem: cordel & ensino de História.” In: MELO, Egberto; BEZERRA, Sandra Nancy R. F. (orgs.). **História local e ensino: saberes identidades**. Recife: LICEU, 2014, p. 130.

O uso do Cordel no Ensino de História

A pergunta que surge é: por que escolher o cordel como documento a ser utilizado no ensino de história?

Deixando de lado o fato de caber ao professor definir o que vai ou não ser usado em suas aulas (a metodologia, recursos didáticos, documentos e etc.), não o fazendo por julgar não ter importância, mas porque se entende ser ponto pacífico, visto que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência e que este sistema permanece uma filosofia implícita particular, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor”²¹. Pode-se lançar mão de, pelos menos, três justificativas para a adoção do cordel em aulas de história.

Primeiro, porque esse agir implica vivência da interdisciplinaridade (neste caso, com a literatura) e esta, por sua vez, confronta a lógica positivista da construção do saber pautado na especialização, promotora da dissociação dos saberes²². Ou seja, revela-se como opção metodológica que faculta ao professor uma apreensão holística do conhecimento, o que, conseqüentemente promoverá enriquecimento à sua prática pedagógica²³.

Pretende-se, dessa forma, que a interdisciplinaridade deve ser compreendida como uma ferramenta de superação da fragmentação disciplinar, propondo-se, assim, a ser “um instrumento de mediação da construção do conhecimento capaz de romper as fronteiras existentes entre as disciplinas e de articular saberes e práticas, entremeando o ensino e a pesquisa”²⁴.

A instrumentalidade da interdisciplinaridade desenha, então, um novo caminhar metodológico que, contrariando a especialização positivista, chama ao diálogo as disciplinas, ou seja, propõe a existência de uma integração disciplinar e, com isso, formula um movimento constante, que cria e recria pontos de discussão²⁵.

Embora na América os primeiros registros de proposta interdisciplinar remonte aos anos 1930, nos Estados Unidos, quando da formulação do debate sobre a importância do

²¹ CERTEAU, op. cit., p. 67.

²² MORIN, Edgard. Articular os saberes. /n ALVES, N.; GARCIA, R. L. O sentido da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

²³ JAPIASSU, Hilton. 1994. A questão da interdisciplinaridade. /n: **Anais do seminário internacional sobre reestruturação curricular**. Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, jul. 1994. Disponível em <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf> Acesso: 27 de dezembro de 2019.

²⁴ MODESTO, Mônica A; SANTOS, Tatiana F. **Perspectiva do ensino de história nos anos iniciais sob a égide de uma temática ambiental**. 2015. Disponível em <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2151/446> Acesso em 29 de dezembro de 2019.

²⁵ FAZENDA, Ivani C A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

diálogo entre as áreas do conhecimento em Ciências Sociais²⁶, no Brasil é somente a partir dos anos 1990, com a reforma curricular determinada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mediante a promulgação da nova Lei de Diretrizes de Bases - LDB (Lei 9.394/96), que se deu destaque à questão da interdisciplinaridade, tanto academicamente quanto no debate nacional sobre Educação.

Reformulada a LDB, veio a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, com eles, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Estas, buscam superar tanto a fragmentação quanto a compartimentalização dos saberes, o que demonstra propor “a erradicação do formato curricular cartesiano”²⁷.

Exemplo cabal do dito acima é o que está registrado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), estimulando, quando do trabalho com fontes nas aulas de História, a prática da interdisciplinaridade, como se observa no excerto abaixo:

No trabalho com fontes [...] deve-se considerar os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e suportes através dos quais se expressam. **Abre-se aí um campo fértil às relações interdisciplinares, articulando os conhecimentos de História com aqueles referentes à Língua Portuguesa, à Literatura, à Música e a todas as Artes**, em geral. (Os negritos são nossos).²⁸

Percebe-se haver, dessa forma, por parte da instância estatal, incentivo à busca de interdisciplinaridade, quando do ensino de história, com o campo da literatura, onde se insere a Literatura de Cordel.

Além do explanado até aqui acerca da benesse da interdisciplinaridade, no referente à quebra da especialização, fragmentação e compartimentalização de saberes, ainda se observa outros benefícios da interdisciplinaridade, dentre eles a apreensão da realidade social, uma vez que, “além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação à realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas”²⁹.

Em segundo lugar, tem-se o fato de, em 2018, o Cordel ter sido declarado Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Essa realidade é, por si só, determinante à adoção do cordel como documento nas aulas de história, uma vez que se reporta à memória coletiva da sociedade brasileira, em uma determinada época e lugar. Ademais, o

²⁶ KLEIN, J. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 1998.

²⁷ MODESTO; SANTOS, op. cit.

²⁸ BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação - MEC, S.D. Disponível em <<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>> Acesso em 28/12/2019.

²⁹ FAZENDA, op. cit. p. 11.

reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro torna o Cordel um documento monumento e, como tal, “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias”³⁰.

Em terceiro lugar, o cordel, além de ser uma expressão artística de fácil apreensão, o seu uso em ensino de história traz a possibilidade da construção de saberes históricos que se atrelem às múltiplas realidades que se fazem presentes em uma sala de aula, ou seja, “o cordel enquanto elemento da cultura popular se aproxima dos problemas e angústias que permeiam a realidade daqueles que compõem o ambiente escolar”³¹.

Além de promover identificação do alunado com suas narrativas, o cordel utilizado no ensino de história também pode vir a estimular o aluno a participar de construção de textos, próprios de cordel, utilizando elementos dos conteúdos definidos para serem estudados na disciplina história. Isto, por sua vez, promove ao aluno um sentimento de pertença, quando da construção de conhecimento histórico, coisa que vai ao encontro do que é dito por Jörn Rüsen: “o efeito sobre a vida prática (mediado seja como for) é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental, e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência história”³².

Por fim, a utilização do cordel em aulas de história ultrapassa o fato de ser apenas uma ferramenta didática, uma vez que permite a possibilidade de se construir e ou despertar uma relação identitária entre o sujeito (aluno) e o contexto onde está inserto, promovendo a possibilidade de conscientização do sujeito, no referente ao seu papel de sujeito histórico, visto que a apropriação da história objetivada pelo aprendizado histórico é “uma flexibilização (narrativa) das condições temporais das circunstâncias presentes da vida e, seu ponto de partida são as histórias que integram culturalmente a própria realidade social dessas circunstâncias”³³.

A aplicabilidade da literatura de Cordel em aula de história no terceiro ano do ensino médio: o exemplo do Cangaço

Acontecimento histórico ocorrido nos sertões nordestinos brasileiros, o Cangaço³⁴ se constitui um movimento rural, possuidor de amálgama com a estrutura política de sua

³⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas. Editora Unicamp, 2003, p. 538.

³¹ SANTOS, Ary Leonam L. **Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de história**: conceitos, repertórios e experiências. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2018, p. 34.

³² RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III, formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 86.

³³ *Ibidem*, p. 107.

³⁴ A origem da palavra cangaço não goza de confluência entre os pesquisadores. Uma afirmação, dentre outras, é que se deriva da palavra “canga”, peça de madeira utilizada sobre os pescoços dos bois de carro,

época,³⁵ que tem como palco, segundo grande parte dos historiadores, o período de tempo ocorrido na transição do Império para a República. No referente ao espaço de sua ocorrência, têm-se os sertões de sete Estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em sua vertente lampiônica, a mais celebrizada, tem experimentado múltiplas abordagens, reveladas em produções literárias diversificadas, que circulam tanto dentro quanto fora do espaço acadêmico.³⁶ Lampião foi o apelido do serratalhadense Virgulino Ferreira da Silva, que de 1922 a 1938 chefiou bandos de cangaceiros, protagonizando ações criminosas em sua vida nômade, sendo perseguido pelas polícias dos Estados nordestinos citados. Sua vida de cangaceiro chegou ao fim em 28 de julho de 1938, quando juntamente com dez dos seus liderados (duas mulheres e oito homens), foi morto na fazenda Angico, no município de Poço Redondo, Sergipe.

Diante do impacto que o movimento cangaceiro produziu na sociedade brasileira, do final do século XIX até quase fim da primeira metade do século XX - quando ocorre o assassinato de Corisco, o Diabo Louro, em 1940, fato que oficialmente é tido como fim do Cangaço – poder-se-ia esperar que ele se constituísse discussão significativa nas aulas de História do Ensino Médio, quando do estudo do que se conhece por República Velha ou República das Oligarquias (1895 – 1930) e da Era Vargas (1930 - 1937).

Todavia, a realidade observada anda em rota de colisão com o que se poderia esperar, ou seja, o Cangaço é tema pouco ou não abordado em sala de aula, quando, do ensino de História no Ensino Médio. Isso se comprova, dentre outras coisas, ao se observar o espaço concedido à temática no livro didático de História, escrito por Patrícia Braick e Myriam Mota³⁷, que foi utilizado no triênio 2017 – 2019, na Escola Técnica Clóvis Nogueira Alves, pertencente à rede estadual e localizada em Serra Talhada, Pernambuco, em aulas de história, ministradas em turmas do terceiro ano³⁸.

No livro citado, o espaço dedicado à explanação sobre Cangaço não ultrapassa a metade de meia página e revela-se reducionista, quando, no referente à sua definição, visto que polariza a discussão:

quando estavam paramentados para o trabalho de transporte de cargas diversas. Como os cangaceiros viviam em bandos e percorriam diversos espaços levando seus pertences em seu próprio corpo, deu-se a eles essa denominação (Nota do autor).

³⁵ CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço, a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

³⁶ FERREIRA JÚNIOR, op. cit. p. 21.

³⁷ BRAICK; MOTA. op. cit. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 3 ensino Médio. São Paulo: Moderna, 2016.

³⁸ O autor é professor efetivo da rede estadual de ensino de Pernambuco, lotado na Escola Clóvis Nogueira Alves, na cidade de Serra Talhada, Pernambuco.

Alguns historiadores acreditam que o cangaço foi uma forma de resistência diante dos problemas sociais e políticos existentes no sertão nordestino, como a fome, a seca e o poder dos coronéis. Para outros, porém, os cangaceiros eram criminosos e não se preocupavam em transformar a realidade local.³⁹

Não se verifica a existência de uma discussão mais densa, onde até não se negue as possibilidades existentes nos dois discursos citados no excerto acima, mas que avance e estabeleça diálogo sócioantropológico, trazendo à luz a cultura vivenciada pelo sertanejo à época, onde se verificava, dentre outras coisas, a presença marcante do traço da macheza, elemento que conferia status social, quando da sua exteriorização e morte social, quando da sua negação⁴⁰.

Somado a isso, a narrativa sobre o fato é sobretudo superficial e passível de questionamento, como, por exemplo, quando busca explicar a razão do fim do Cangaço: “o crescimento das indústrias no Sudeste passou a atrair os sertanejos, que foram para a região, deixando de ver no cangaço um meio de sobrevivência”⁴¹. Não se observa a exposição da mudança porque passou o Estado brasileiro em sua relação com a sociedade, quando da ascensão do Estado Novo⁴² e, com isso, o desmantelamento do coronelismo⁴³, fato que impõe ao Cangaço um final funcional antes do seu fim definitivo, em 1940⁴⁴.

Compreender o Cangaço somente como meio de sobrevivência é desconhecê-lo, também, como meio de vindita e espaço de refúgio⁴⁵. Ademais, a afirmação parece indicar que somente o Cangaço era a alternativa existente para o sertanejo daqueles idos, no referente ao experimento da sua sobrevivência, fato que não se constitui verdade.

Diante desta realidade apresentada pelo livro didático e, sendo o Cangaço tema instigador no espaço serratalhadense, traz-se para sala de aula a literatura de cordel, em forma de sextilhas⁴⁶, intitulada **História e Cangaço**⁴⁷. Adiante, somente a título de exemplo demonstrativo, exponho parte do texto cordelístico que utilizo, bem como sua aplicabilidade.

³⁹ BRAICK; MOTA. op. cit., p. 30.

⁴⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **“Quem é frouxo não se mete”**: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. Projeto História: São Paulo, 1999.

⁴¹ BRAICK; MOTA. op. cit. p. 30.

⁴² FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930** – História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴³ CARVALHO, José M de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: **uma discussão conceitual**. In: Dados. v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997, p. 229-250.

⁴⁴ FERREIRA JÚNIOR. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada – PE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

⁴⁵ MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2004.

⁴⁶ A sextilha se compõe de estrofes de seis versos (seis linhas), com versos de sete sílabas poéticas. Existe a obrigatoriedade da rima, entre si, do segundo (B), do quarto (D) e do sexto verso (F).

⁴⁷ Cordel de autoria do professor José Ferreira Júnior, cognominado “Arremedo de Poeta”.

I

O século não há certeza

Afirma-se ser dezenove

O tempo de acontecimento

Mas, não há como se prove

Certo é que foi no Sertão

Nordestino, você anote

Nesse espaço citado

No período oitocentista

Na transição do Império

Pra República se avista

Surgir o **cangaceirismo**

Que ao crime se dedica

De imediato, traz-se à luz o recorte tempo-espacial. Deixa-se claro não haver certeza de ter ocorrido o movimento cangaceiro no século XIX, porquanto há discussão que defende ter ocorrido cangaço antes do século citado. No referente à espacialidade, é definido ter sido o Sertão nordestino. No recorte histórico brasileiro, coloca-se o cangaço na transição do Império para a República, ou seja, no século XIX.

II

Acerca de sua origem

O tema se faz polêmico

Há quem o diga primeiro

Ter existido **endêmico**

Para somente depois

Ter se tornado **epidêmico**

Há discussão que aponta que, antes de se tornar movimento independente ou epidêmico, o cangaço teria existido circunscrito aos domínios dos coronéis, ou seja, sob ordem e pagamento dos latifundiários, em seu modelo endêmico⁻⁴⁸. Todavia, constitui-se erro afirmar que no seu modo epidêmico, o cangaço tenha abdicado de contato com o coronel, pois, “ao contrário do que teimam em afirmar certos intérpretes, não é possível surpreender uma relação de antagonismo necessária entre cangaceiro e coronel, tendo prosperado, isto sim, uma tradição de simbiose entre essas duas figuras”⁴⁹.

III

O fato é que ocorreu

Dentro de um tempo cruel

Onde o **Estado era ausente**

E o povo bebia fel

Somente prevalecendo

⁴⁸ QUEIROZ, Maria I P de. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1997.

⁴⁹ MELLO, op. cit., p. 86.

O querer do coronel
As ações coronelísticas
Que ao povo causava dores
Gozavam impunidade
Porquanto os seus autores
Vivenciavam a chamada
Política dos Governadores

Esse acordo citado
Foi escrito com a tinta
Que assina os conchavos
Feitos na suja política
Valeu da Velha República
Até 1930

Agora é mostrado o contexto político no qual estava inscrito o Cangaço. Quando é falado ser o Estado ausente, frisamos que ausência não é sinônimo de inexistência, mas de inoperância legal, visto ser essa ausência de operacionalidade estatal necessária à manutenção do coronelismo em suas práticas de desmandos. A razão da impunidade dos coronéis se assenta em algo politicamente maior: a manutenção de apoio aos candidatos às vagas do Congresso Nacional, bem como a manutenção dos currais eleitorais e do voto de cabresto⁵⁰, viabilizando a existência de garantia da governabilidade presidencial. Explica-se, nesse momento, a Política dos Governadores, define-se Velha República e se mostra a razão de o ano 1930 ser considerado como determinante para o fim desse modo de operação política⁵¹.

119

IV

As ações dos coronéis
E a impunidade gozada
Revelou-se **uma das causas**
Que produziu gente armada
Que pra matar ou morrer
Conduziu-se organizada
Uns querendo **vingança**
Duma desfeita sofrida
Outros buscando **refúgio**
Pra se esconder da justiça
Outros vendo no cangaço
Meio de ganhar a vida

Mostra-se, nesse momento, que o aparecimento do Cangaço não esteve atrelado exclusivamente aos desmandos coronelísticos, embora seja esse um dos motivos. Há

⁵⁰ LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo. Companhia das Letras. 2013; CARVALHO. José M de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

⁵¹ FAUSTO, op. cit.

também a justificativa de se adentrar ao Cangaço em virtude de se estar em débito com a Justiça (Cangaço de Refúgio) e, também, de se querer ter acesso à riqueza (Cangaço Meio de Vida), ou seja, “houve cangaços dentro do cangaço [...] Diversos foram os fatores que condicionaram a adoção de viver pelas armas em cada modalidade, como diversa se mostraria sempre a medida da conduta no respeito a certos valores, no comedimento das ações e na própria violência empregada”⁵². Também se chama a atenção para a maneira organizada que vivenciava os grupos de cangaceiros. Neles se verificava forte hierarquia e havia divisão em subgrupos, que atuavam de maneira independente, liderados sempre por um cangaceiro de destaque⁵³.

V

Assim se fez o Cangaço
No Nordeste, no Sertão
Possuindo sua lei
Costume e tradição
Dele se pode dizer
Foi uma **instituição**

É preciso deixar claro
E comungar com o real
O caráter do Cangaço
Era institucional
Para que não se confunda
Com **Movimento Social**

120

Não raro se verifica a afirmação de ter sido o Cangaço um movimento social, fato que discordamos, quando verificamos os elementos constitutivos de um movimento social, a saber: possuir liderança, base, demanda, opositores e antagonistas, conflitos sociais, um projeto sociopolítico, entre outros⁵⁴. Não obstante o Cangaço ser possuidor de muito do que caracteriza um movimento social, não se lhe verifica possuir um projeto sociopolítico, em torno do qual, sujeitos coletivos se identificassem. Diante disso, consideramos o Cangaço uma instituição social, visto ser possuidor de normas, regras e leis próprias⁵⁵. Deixamos claro, na exposição da aula, a diferença entre Instituição social e Movimento Social.

VI

Discursos há que afirmam
Ser o Cangaço **insurreição**

⁵² MELLO, op. cit., p. 86.

⁵³ PERICAS, Luiz B. **O; cangaceiros**. Ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boi tempo, 2010.

⁵⁴ GOHN, Maria da G. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

⁵⁵ OLIVEIRA, Pêrsio S de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

Que confrontava o sistema
Coronelístico de então
Sendo tríplice o seu lema:
Liberdade, terra e pão!

Porém, anda **em contramão**
Desse discurso, a ciência
Na verdade, **no cangaceiro**
Não se via consciência
Política, para ao sistema
Oferecer **resistência**

Pra sua sobrevivência
Possuir continuidade
Alianças construía
No campo e na cidade
Buscando tirar proveito
Para si, eis a verdade

Pode-se observar
Que o cangaceiro, então
Querendo sobreviver
ia buscar proteção
Exatamente em quem
Promovia a opressão

É possível, afirmar
Isso, por **“fonte fiel”**
Escrita e não escrita
E colocar num papel
Quem protegia cangaceiro
Era o rico coronel

Nesta parte do cordel é trazida à luz a discussão relacionada ao discurso que afirma ter sido o Cangaço um movimento revolucionário. Na explanação é mostrada a gênese dessa idéia, quando levamos para sala de aula e lemos trechos de *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e luta* (1968), de Rui Facó, onde se reproduz ideia existente dentro dos quadros do Partido Comunista Brasileiro, à época (década de 1930), que pensava o cangaceiro um proto-revolucionário e considerava arregimentá-lo para a feitura de uma revolução⁵⁶. Esse ideal é mostrado como sendo resultante de uma leitura equivocada do movimento cangaceiro feito por militantes do Partido Comunista Brasileiro, que “despossuídos eram de preparo teórico sistemático e orgânico, além de pouco conhecimento da formação histórica, econômica e social da nação”⁵⁷. Mostra-se como o cangaceiro era mantenedor de alianças diversas, porquanto buscava a garantia da sua sobrevivência, passando isso por proteção contra ataques de volantes policiais, abastecimento de armas e de munição e fornecimento de lugares para descanso ou esconderijo, os chamados coitos. Nessas alianças

⁵⁶ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

⁵⁷ PERICÁS, op. cit., p. 152.

se destacava a pessoa do coronel⁵⁸. Assim desconstrói-se o discurso que defende ser o cangaceiro antagonista ao sistema vigente, à sua época.

VII

É preciso ter cuidado
Quando cangaço ensinar
Deixar de lado as fábulas

O; fatos; priorizar
Com cuidado ver as fontes
Para não se enganar

A História a ser ensinada
Deve ser a científica
Não desprezando o mito
Que nas falas se verifica
Priorizando o que É
Assim, ninguém se complica

O ensino desta História
Ou de outra, no dia a dia
No chão da sala de aula
Deve se ter garantia
De se estar usando **método**
Apegar-se à **teoria**

Estas três últimas estrofes são usadas para concluir a aula. Chama-se a atenção para o fato de que História é ciência e, como tal, precisa se encimar em método e em teoria. Mesmo que não se deva desprezar a narrativa mítica (imaginário popular), convém que o historiador / professor prime por encimar seu discurso numa base teórico-metodológica robusta⁵⁹.

Considerações Finais

O uso do cordel, quando do ensino de história, mostra-se como algo que vai além de mera alternativa didático – ferramental, visto que, além de permitir a vivência da interdisciplinaridade, porque estabelece diálogo com o campo da literatura, promove ao alunado uma possível identificação com algo do seu cotidiano, visto que trata de temáticas que se encontram no ideário do seu mundo.

Somado à possibilidade identitária, fato que promoverá ao aluno o enxergar de sentido no referente ao estudo e aprendizagem de história, o uso de cordel em aulas de história também se mostra como possibilidade de promover ao aluno a oportunidade de,

⁵⁸ FERREIRA JÚNIOR, op. cit; CHIAVENATO, op. cit.

⁵⁹ O cordel completo é composto por vinte e quatro estrofes sextilhadadas.

ele mesmo, contar as histórias, em versos, dos temas escolhidos para o ensino de história. Em outras palavras, o aluno poderá construir o seu conhecimento, quando faz a narrativa daquilo que está aprendendo.